

Espaço na TV é a questão mais polêmica

REJANE DE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Nem a soberania da Constituinte e nem a convocação de um plebiscito para aprovar a nova Carta Magna. O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB e relator do projeto de regimento definitivo da Assembléia, já identificou o ponto mais polêmico da proposta e objeto de grande parte das 93 emendas apresentadas até ontem à noite: é a divulgação dos trabalhos da Constituinte através do rádio, jornais e televisão.

Três dias antes de encerrar-se o prazo para a proposição de emendas à matéria, o senador peemedebista foi submetido ontem a pressões de todos os lados. No plenário, ouviu longos discursos em defesa de convocação de cadelas diárias de rádio e televisão, pelo espaço de até uma hora, para a transmissão de boletins sobre a Constituinte. Em seu gabinete, foi visitado pelo presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), Joaquim Mendonça, que atacou a idéia em nome dos "interesses das empresas".

EXAGERO

O próprio Fernando Henrique considera exageradas as propostas que lhe têm chegado a respeito do assunto: "Tem gente reivindicando uma hora diária de informativo sobre a Constituinte, o que eu considero demasiado". Ele defende uma solução negociada para o problema, "de forma a evitarmos imposições indesejáveis".

A posição do líder peemedebista é praticamente idêntica à opinião do presidente da Abert. Segundo Joaquim Mendonça, o Governo já dispõe de uma hora diária nas rádios, para transmissão da Voz do Brasil, além do tempo destinado ao Projeto Minerva. A televisão, por sua vez, tem que ceder três horas por ano, em horário nobre, a cada partido político.

"Assim é demais", protestou o empresário, lembrando os prejuízos comerciais que a transmissão diária dos trabalhos da Constituinte causaria às empresas de rádio e televisão. Ele não chegou a apresentar uma proposta concreta, mas advertiu que a sua entidade não concorda com as idéias que têm circulado entre os parlamentares a respeito do assunto.

COMISSÕES

Depois da divulgação da Constituinte, o número de comissões encarregadas de elaborar o projeto constitucional é o assunto mais polêmico do regimento interno. Enquanto o projeto original prevê a criação de quatro grupos temáticos e um de redação, há emendas como a do deputado Ademar de Barros Filho (PDT-SP) propondo a instalação de 16 comissões.

O deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) é autor de diversas emendas sobre as comissões da Constituinte. Uma delas prevê a criação de oito grupos divididos entre os seguintes temas: Organização Nacional; Órgão Executivo do Poder de Estado; Órgão Legislativo do Poder de Estado; Órgão Judiciário do Poder de Estado; Família, Educação e

Cultura; Direitos, Garantias Individuais e Comunicações; Trabalho, Previdência, Assistência e Propriedade; e Sistematização. O goiano Siqueira Campos (PDC) propõe doze comissões. Mozarildo Cavalcanti (PFL-RO) sugere 10 grupos.

REFERENDO

A convocação de um plebiscito para referendar o futuro texto constitucional também é objeto de várias emendas. O senador José Fogaça (PMDB-RS), por exemplo, propõe que 94 constituintes ou 3 por cento do eleitorado de nove estados possam requerer o referendo para artigos ou conjuntos de artigos da nova Constituição.

O deputado Nelton Friedrich (PMDB-PR) não só defende a realização do plebiscito como estabelece normas para o caso de rejeição popular à nova Carta: dentro de três meses, os constituintes devem submeter um novo texto à Nação. Maurício Fruet (PMDB-PR) também apresentou emenda a favor do referendo.

Se depender das alterações propostas ao regimento interno da Constituinte, a participação popular na elaboração da nova Carta será ampla. Por sugestão do senador José Fogaça, por exemplo, 30 mil eleitores reunidos poderão emendar o projeto de Constituição. Já o deputado Maurício Fruet, outro que defende esta idéia, não chegou sequer a estabelecer quorum mínimo de cidadãos para formalização de emenda constitucional.

O senador Fogaça, campeão na apresentação de emendas ao regimento, propôs a criação de uma comissão itinerante de audiência, composta de três constituintes, para ouvir os diversos setores da sociedade a respeito da nova Carta Magna. A idéia é endossada pelo deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), ao sugerir a instalação de uma Secretaria Especial no Congresso, especificamente encarregada de receber as contribuições populares à futura Constituição.

SOBERANIA

Surpreendentemente, a questão da soberania da Constituinte sobre todos os poderes não é assunto para muitas das 93 emendas que o projeto de regimento recebeu até ontem à noite. Apesar da movimentação surgida no plenário em torno do assunto, propostas concretas neste sentido são raras. A mais explícita, do deputado Jorge Leite, sugere que a Mesa da Constituinte não aceite propostas que objetivem alterar a atual Constituição.

O funcionamento da Câmara e do Senado, neste ano de Constituinte, outro tema de intensos debates em plenário, não tem sido contemplado com muitas emendas. Antonio Carlos Konder Reis (PDS-SC) é autor de proposta neste sentido, estabelecendo que as duas Casas serão convocadas conjuntamente, para assuntos relevantes, e que terão suas comissões técnicas reduzidas a três: uma para assuntos jurídico-políticos, outra para assuntos sociais e a terceira para assuntos econômico-financeiros.